



PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 80 E 90¹

Jane Pinheiro², Juliane Kunz³

INTRODUÇÃO: Na segunda metade de década de 80, a economia brasileira enfrentou um momento de crise, provocado principalmente pelo excesso de demanda e pelo desequilíbrio dos preços. Neste período, adotaram-se vários planos de estabilização heterodoxos, como congelamento de preços e salários, além do confisco de poupança. Em meados da década de 90, foi implantado no Brasil o Plano Real, que consistiu num programa de estabilização ortodoxo, que conseguiu controlar a inflação. O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise teórica sobre os principais programas econômicos implantados no Brasil na década de 80 confrontando com as medidas adotadas pelo Plano Real para estabilização da economia brasileira, além de verificar os efeitos econômicos internos causados por esse plano.

MATERIAIS E MÉTODOS: A metodologia adotada neste estudo baseia-se na análise de referenciais bibliográficos já produzidos a respeito da temática. Neste sentido, são utilizados dados obtidos em livros, revistas, jornais e internet. A contribuição deste trabalho concentra-se na análise crítica dos referenciais bibliográficos já produzidos sobre o Plano Real, fundamentada em dados históricos, buscando verificar seus impactos sobre algumas variáveis macroeconômicas como PIB, emprego, taxa de juros, balança comercial e déficit público.

RESULTADOS: Foram várias as tentativas de estabilização da economia brasileira. Em fevereiro de 1986, foi lançado no Brasil o Plano Cruzado. A corrente heterodoxa, adotada por este plano, defendia a tese de que a inflação brasileira era basicamente inercial. Desta forma, resolvida a questão do desequilíbrio do setor público, o processo inflacionário brasileiro seria contido pela eliminação do mecanismo de indexação. Em linhas gerais, o Plano Cruzado trouxe como conseqüências a desorganização do sistema produtivo e do sistema de preços, deteriorização das contas externas, queda das exportações e aumento das importações, redução das reservas internacionais, elevação da dívida pública externa, alta inflação nos anos seguintes, incerteza e insegurança dos agentes econômicos e da sociedade. Em conseqüência ao fracasso do Plano Cruzado, o Ministro Bresser Pereira, anunciou o Plano Bresser que, embora incluísse congelamento de preços e salários, seria mais flexível na aplicação das medidas, permitindo reajustes periódicos. O Plano visava manter as taxas de juros acima da taxa de inflação, a fim de evitar o excesso de consumo. Além disso, enfatizou o controle do déficit público como importante instrumento antiinflacionário. Porém, os desequilíbrios de alguns preços relativos, aliados a grandes superávits na balança comercial, causaram novamente pressões inflacionárias. Em janeiro de 1989 o ministro Mailson da Nóbrega anunciou mais um programa econômico heterodoxo, o Plano Verão. Este criou o Cruzado Novo (NCz\$). O dólar foi cotado a NCz\$ 1,00, após uma desvalorização da moeda nacional. Atribuiu outro congelamento de preços, eliminou a indexação, exceto para depósitos de poupança, propôs a privatização de diversas estatais e anunciou vários cortes nos gastos públicos, com a exoneração dos funcionários contratados nos últimos cinco anos. Contudo, a inflação não conseguiu ser controlada. O governo teve que elevar as taxas de juros, o que



impossibilitou a redução do déficit público. Em pouco tempo, o cruzado novo foi desvalorizado frente ao dólar e o congelamento começou a ser desfeito. A indexação voltou a ser praticada. Em razão da deterioração do saldo comercial, o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa. Em março de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello lançou o Plano Collor que substituiu o Cruzado Novo (NCz\$) pelo Cruzeiro (Cr\$), confiscou os depósitos à vista e aplicações financeiras, adotou o câmbio flutuante, aumentou a tributação sobre as aplicações financeiras e realizou uma reforma administrativa. Inicialmente a inflação foi reduzida, pois o plano tirava o dinheiro de circulação. Porém a diminuição da liquidez conduziu a uma queda na atividade econômica, com isso as empresas foram obrigadas a reduzirem a produção, jornada de trabalho e salários e outras fecharam. No início dos anos 90, o Brasil intensificou o processo de abertura ao exterior, de fomento às privatizações, de renegociação da dívida externa e de desregulamentação do mercado. A estabilização da economia era um desafio resistente às tentativas de eliminação da inflação. Diante deste cenário, em dezembro de 1993, Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, propôs um novo plano de estabilização conhecido como Plano Real, cujo principal objetivo era combater a inflação. Este programa foi criado e implementado em três etapas consecutivas: ajuste fiscal; implantação da Unidade Real de Valor – URV e implantação do Real. O ajuste fiscal era considerado uma condição essencial para estabilização da economia, compreendendo basicamente o combate ao déficit público. A Unidade Real de Valor – URV foi criada para servir como único indexador da economia por quatro meses, de 1º de março a 30 de junho de 1994. Esta fase intermediária destinou-se a promover o alinhamento de preços, valores e contratos. Todos os preços passaram a ser fixados em URV, com valor atualizado diariamente. O novo padrão monetário encontrou um sistema de preços estáveis, expressos em URV, que ao longo de quatro meses se convertera na nova moeda, o real. O conjunto de medidas adotadas pelo Plano Real reduziu significativamente as taxas de inflação. Porém, este programa de estabilização altos custos, como reduzido crescimento do PIB, elevação da taxa de desemprego, expansão do déficit público e em transações correntes. CONCLUSÕES: O plano real obteve resultados positivos com relação ao controle da inflação e aumento da taxa de investimentos na economia. O mecanismo da URV foi o grande responsável pela desindexação da economia e pelo fim da memória inflacionária. Algumas medidas fiscais adotadas desde 1993, como o Fundo Social de Emergência, deram fôlego fiscal para implantação do Plano Real. Por outro lado, a utilização de elevadas taxas de juros causaram a elevação da dívida interna, que provocou um desequilíbrio fiscal. Tal deterioração das contas do governo foi acompanhada por um grande crescimento da dívida pública, alavancada pela alta taxa de juros básicos utilizados pelo governo como forma de atração de capital estrangeiro. O câmbio valorizado e a abertura comercial foram os responsáveis pelo controle da inflação após a implantação do plano, na medida em que colocaram os produtos nacionais em concorrência direta com os produtos importados.

¹ Trabalho de Iniciação Científica



² Professora Orientadora

³ Bolsista PET/SeSu/MEC